

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.645 - PE (2019/0000339-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MILTON TAVARES DE MELO JUNIOR
ADVOGADOS : UBIRAJARA EMANUEL TAVARES DE MELO - PE002692
ANDRÉ LUIZ ARAUJO TAVARES DE MELO E OUTRO(S) -
PE015005
AGRAVADO : NEGOCIAL FACTORING FOMENTO CML LTDA
ADVOGADO : ARMANDO LEMOS WALLACH E OUTRO(S) - PE021669

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MILTON TAVARES DE MELO JUNIOR contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado (e-STJ, fl. 136):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE NULIDADE DE TÍTULO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE PROVA DA ENTREGA DAS MERCADORIAS. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR, NOS TERMOS DO ART. 345, INCISO I DO CPC/2015. CHEQUE ENDOSSADO. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DA CAUSA DEBENDI. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1 - Tratando-se o cheque de título de crédito autônomo e literal, havendo a sua circulação e o consequente afastamento da relação jurídica que o originou, não há que se discutir a causa debendi.

2 - Incumbe ao autor fazer prova da inexigibilidade do título, não o fazendo prevalece a presunção legal do título cambiário.

3 - Recurso Improvido. Unanimidade.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 164-172).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 178-181), a parte recorrente sustentou violação aos seguintes dispositivos:

a) art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, genericamente, sem indicar quais teriam sido os pontos omissos, obscuros ou contraditórios do acórdão recorrido;

b) art. 369 do Código de Processo Civil de 2015, alegando cerceamento de defesa.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 211-227 (e-STJ).

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não merece prosperar.

1. Inicialmente, no que diz respeito à alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73, observa-se que a parte agravante alega genericamente violação ao dispositivo citado sem demonstrar, de forma clara e precisa, de que modo o acórdão recorrido o teria contrariado, circunstância que atrai, por analogia, a Súmula n. 284 do STF.

A propósito:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. REJEIÇÃO DA TESE DO RECORRENTE. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126 DO STJ.

1. Quanto à apontada ofensa ao art. 535, I, do CPC/1973, verifica-se que o recorrente faz apenas alegação genérica de sua vulneração, apresenta uma fundamentação deficiente que impede a exata compreensão da controvérsia. Incide, na hipótese, a Súmula 284/STF.

(...)

(AgInt no REsp 1415109/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RESTITUIÇÃO DE RESERVA DE POUPANÇA. CÁLCULO DA DÍVIDA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. IRRESIGNAÇÃO FORMULADA DE MODO GENÉRICO. ALEGAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. TEMA NÃO PREQUESTIONADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O recurso especial que suscita violação do art. 535 do CPC/73 ou 1.022 do NCPC, mas não indica precisamente os pontos a respeito dos quais estaria configurada omissão, contrariedade, obscuridade ou erro material, é deficiente em sua fundamentação, esbarrando, por conseguinte, na Súmula nº 284 do STF. Precedentes.

(...)

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no REsp 1584497/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 28/08/2017)

2. No tocante à apontada violação ao art. 369 do CPC/15 e ao suposto cerceamento de defesa, o Tribunal local consignou o seguinte (e-STJ, fls. 138-139):

No caso dos autos houve a circulação do Título de Crédito não estando o mesmo atrelado a relação jurídica que o originou, não havendo que se discutir a causa da dívida.

Concernente a prova da entrega das mercadorias, a mesma deveria ter sido evidenciada pela parte autora, como acima citado, não se poderia exigir da parte ré tal comprovação, devendo ser mantida a regra do art. 373, Inc, I, do CPC/2015, que trata de fato constitutivo do direito do autor, uma vez que, frente ao Princípio do Ônus da Prova incumbe ao autor fazer prova da inexistência do título.

Para furtar-se à obrigação líquida e certa que emana do cheque, cabe ao devedor apresentar prova robusta da ausência de causa *debendi* ou de quitação. Meras alegações não possuem o condão de desconstituir o Crédito representado no título. Não há, no entanto, que se falar em distribuição diversa do ônus da prova, posto não possuir o réu melhores condições para elucidar os fatos controvertidos por tratar-se de terceiro estranho a relação negocial. Não cabe, *in casu*, exigir da Negocias Factoring Fomento Comercial Ltda a prova de que não receberá os produtos adquiridos.

Cabe ainda mencionar que, na dúvida, prevalece a presunção legal do título cambiário.

Assim, diante da escassez de provas produzidas pela parte autora, no sentido de desconstituir a presunção de inexistência de quitação dos valores adiantados pelo apelante, diante da posse do cheque pelos réu, deve incidir a regra do art. 345 do CPC/2015.

Verifica-se, portanto, que o acórdão tem como fundamentos (i) a circulação do título de crédito e sua desvinculação de sua obrigação original; (ii) o ônus de provar a entrega das mercadorias cabia ao autor e, por fim, (iii) a presunção legal do título cambiário.

Contudo, malgrado o esforço argumentativo, a parte recorrente não logrou infirmar nas razões do especial nenhum dos três fundamentos, insistindo na tese de que houve cerceamento de defesa, de modo que a pretensão reformatória encontra obstáculo na Súmula 283 do STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL. AÇÃO RENOVATÓRIA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283 DO STF. ENTREGA DO IMÓVEL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR PERDA DO OBJETO. CONDENAÇÃO DA AUTORA/LOCATÁRIA AO DE PAGAMENTO DOS ALUGUEIS DEVIDOS NO PERÍODO. NECESSIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(...)

2. A ausência de impugnação ao fundamento adotado pelo acórdão recorrido que, por si só, é capaz de manter o entendimento então firmado, atrai a incidência, por analogia, da Súmula nº 283 do STF.

(...)

5. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1528931/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 20/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS AUTORES.

(...)

4. A subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, e a apresentação de razões dissociadas desse fundamento, impõe o reconhecimento da incidência das Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia. Precedentes 5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no AREsp 756.254/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 04/12/2018)

3. Por fim, o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico dos acórdãos recorrido e paradigmas, de modo a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, §1º, do CPC/2015).

De tais ônus a parte recorrente não se desincumbiu, pois não apresentou julgados de outras Cortes locais para demonstrar a divergência jurisprudencial alegada, tornando inviável o conhecimento do recurso neste ponto.

A propósito:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA. VÍCIOS NO VEÍCULO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. CLÁUSULA DE RENÚNCIA. INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO E ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.
(...)

4. O conhecimento do recurso especial, interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, exige, além de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, demonstração do dissídio, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas, nos termos definidos pelo art. 541, parágrafo único, do CPC/1973.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1308277/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 28/09/2018)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. MÚTUO BANCÁRIO. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. DATA DE VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.
(...)

5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1520970/PE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,
TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2018, DJe 10/09/2018)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao agravo em recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

